

Constituinte em miniatura

A idéia de se nomear uma comissão para elaborar um "esboço" de anteprojeto constitucional carece de justificativa satisfatória. Nascida por inspiração do falecido presidente Tancredo Neves, que também não chegou a explicitar suas intenções a contento, com o passar dos meses veio a se tornar algo extemporâneo ao processo político, já que ninguém, nem nenhuma força política organizada pleiteou; nem sua utilidade transpareceu com a limpidez que tem sido apregoada como uma face do governo recém-instalado.

Não se negam merecimentos aos componentes cujos nomes vieram a público, mas certamente eles seriam recebidos com maior entusiasmo, se suas nomeações correspondessem a um visível empenho de encaminhamento de solução para um impasse qualquer relativo à feitura da Carta Magna, que, de momento, não ocorre e nem poderia ocorrer. Como está colocada, a comissão lembra, infelizmente, precursoras suas que foram instaladas para definir escolhas por antecipação.

Note-se que, mesmo que seja um esboço, a Constituição requer uma estrutura conceitual que impõe balizamentos a emendas posteriores. Embora tudo indique que o que se pretende é uma Constituição democrática, é preciso considerar que mesmo assim é possível amoldá-la num sentido mais liberal ou mais social.

Definido o balizamento, não será exequível contornar posições básicas, sob pena de se montar uma nova "colcha de retalhos". Para obter tal resultado, não

seria necessário tanto trabalho, pois já temos uma de igual calibre.

Dir-se-á que uma definição prévia incoerente com a que virá a ser feita por ocasião da Constituinte pode ser descartada pela garantia de representação dos mais distintos setores sociais, com que se contemplou a atual comissão. Louve-se a boa intenção. Mas então não se justifica que, no âmbito de uma comissão fechada, se faça uma substituição do debate que deverá ganhar toda a sociedade. Não há razão para uma Constituinte em miniatura, eleita por ninguém, dedicar-se a ficções legislativas que, ou serão totalmente inócuas, porque fruto de um meio termo estudado, ou vincarão, por seus próprios termos, a estrutura básica do futuro texto constitucional. As duas alternativas, aliás não excludentes, empobrecem o debate.

Este, por sua urgência e amplitude, far-se-á de todo modo; mas que pelo menos seja possível, no decorrer do processo de discussão da minuta constitucional, uma divulgação ampla do que foi discutido, e das diversas propostas em jogo. Que os participantes da comissão não se furtem ao dissenso público, que não se recolham a uma falsa unanimidade, mas venham individualmente expor suas idéias. Ou tudo não terá passado de uma ação sigilosa, da qual resultará uma Constituição incolor, a ser aprovada às pressas pelos parlamentares, para frustração geral. E a comissão constitucional, sem abrir-se ao debate e à contradição, não passará de uma Disneylândia jurídica sem nenhum significado.